

CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS ESTADO DO PARANÁ

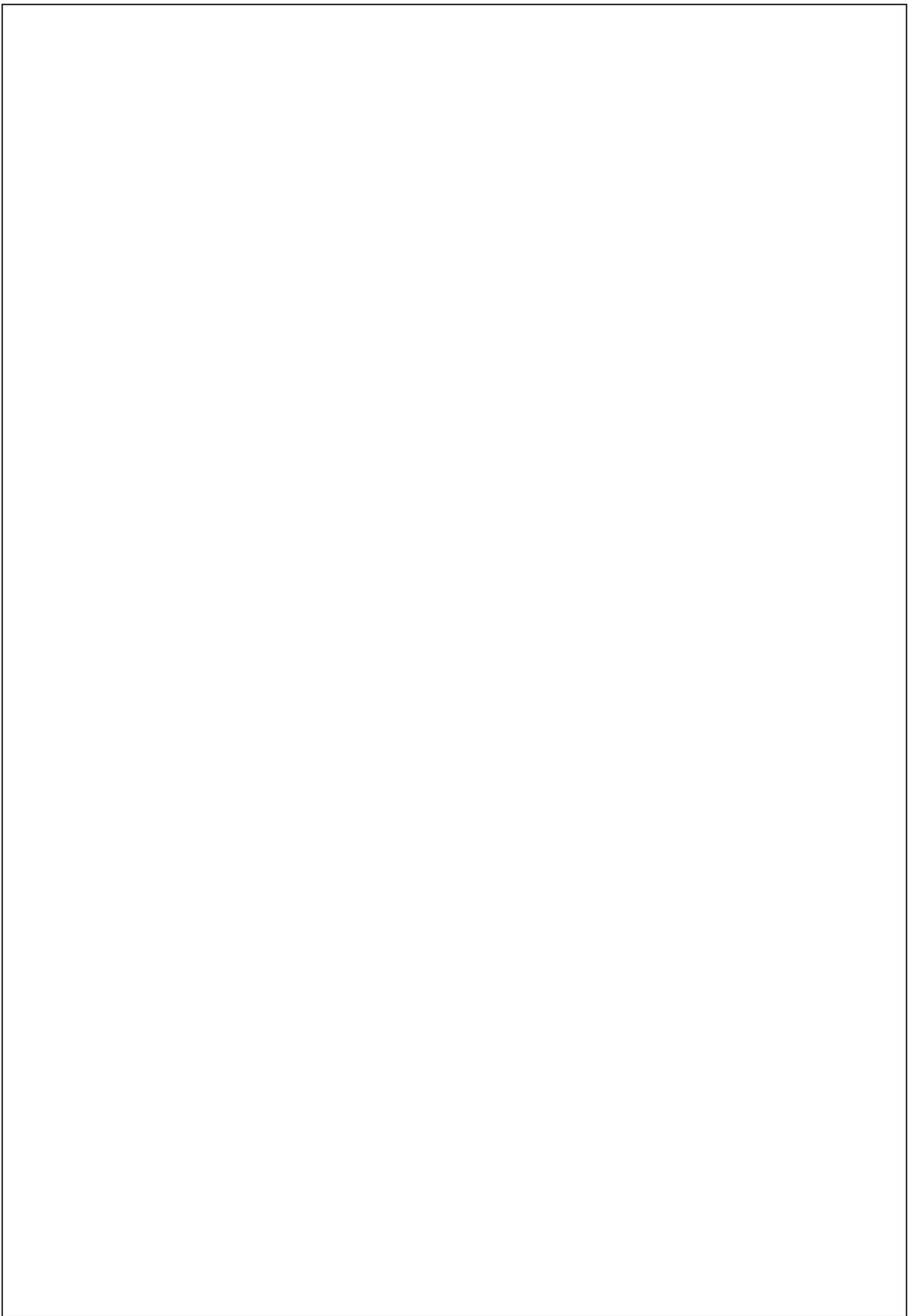
CONCURSO PÚBLICO Nº001/2010

ASSESSOR JURÍDICO

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova.
2. Preencha os campos abaixo com seu nome por extenso e número de inscrição.
3. Confira seus dados no cartão de respostas e assine na parte superior do verso.
4. Esta prova é composta por 30 questões de múltipla escolha, admitindo somente uma resposta correta. Caso o caderno de prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite providências ao seu fiscal de sala.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
6. Caso haja interesse do candidato em reavaliação de alguma questão pela Banca Examinadora, deverá pedir a Ata da Prova ao fiscal de sala e indicar suas razões.
7. O cartão de respostas é o único documento válido para a correção das provas. A alternativa julgada correta em cada questão deverá ser transcrita para o cartão de respostas conforme as instruções contidas em sua parte superior. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como marcação dupla ou rasurada, ou campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro de preenchimento.
8. Não são permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, é vedado o uso de equipamentos eletrônicos e os celulares deverão permanecer desligados. O candidato que for flagrado utilizando-se de meios fraudulentos será excluído deste Concurso Público.
9. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala até o final da prova, para acompanhar o encerramento dos trabalhos, assinar a folha ATA, lacrar o envelope dos gabaritos, que deverá ter suas assinaturas sobre a fita do lacre.
10. O gabarito preliminar poderá ser obtido no site www.abcccon.com.br no dia 05 de dezembro de 2010, a partir das 22h.
11. O Edital de divulgação das notas da prova escrita será publicado até o dia 14 de dezembro de 2010 no site www.abcccon.com.br.
12. O tempo de resolução da prova é de 3 (três) horas, e o tempo mínimo para deixar o local de provas é de 30 minutos.

Nº INSCRIÇÃO

NOME DO CANDIDATO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

(01) Considerando a doutrina que complementa os conceitos do tópico “Direito Administrativo”, contidos no conteúdo programático, julgue as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I- Para que haja Administração Pública, é necessário que haja a constituição de um Estado, do qual emana a organização e o funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados.

II- O conceito de Administração Pública designa os entes que exercem a atividade administrativa. Compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal, ou seja, a função administrativa.

III- A primazia de que a atividade administrativa tem sempre finalidade pública, encontra-se no Princípio da Impessoalidade, pois se volta exclusivamente ao interesse público.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão incorretas.

(02) Observe os apontamentos sobre a Responsabilidade por Danos Causados ao Meio Ambiente, julgue-os e assinale a alternativa CORRETA:

I- A pessoa jurídica será responsabilizada administrativa, civil e penalmente, por meio de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, caso seus funcionários cometam infração ambiental, mesmo agindo em interesse ou benefício próprio.

II- Assim como nas decisões do âmbito penal, as decisões ambientais consideram os antecedentes do infrator, neste caso, observando-se o cumprimento da legislação de interesse ambiental.

III- Quando as penas privativas de liberdade dependerem de decisão política poderão ser aplicadas as penas restritivas de direito, caso fiquem comprovadas que estas sejam suficientes para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

- (A) Somente há uma afirmativa correta.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

(03) Reflita sobre as disposições constitucionais que permeiam a proteção e as políticas do direito à saúde e assinale a alternativa correspondente:

I- Os serviços públicos de saúde não poderiam ser prestados diretamente pela União, haja vista a grande concentração de responsabilidade em apenas um Poder. Desta forma, a legislação corrente traz um sistema de descentralização que atribui estes serviços aos entes federativos e até mesmo às entidades de direito privado.

II- As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único que se organiza de forma descentralizada, com direção única em cada esfera de governo, atendendo com prioridade as atividades preventivas e promovendo a participação da comunidade.

III- Os Municípios utilizarão o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para fazer investimentos anuais, com recursos mínimos, em ações e serviços públicos de saúde.

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Somente há uma afirmativa correta.

(04) Refletindo sobre o procedimento da Licitação, leia as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I- A lei correlata estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, entre outros, apenas no âmbito dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios.

II- Todos os procedimentos da União, passíveis de licitação, serão previamente autorizados pelo Poder Legislativo Federal, promovendo maior transparência das contas públicas.

III- São sujeitos à licitação, os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes federativos.

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Somente a afirmativa I está correta.
- (E) Somente a afirmativa III está correta.

(05) Com base no assunto “Licitação”, o art. 3º, § 1º, I, da lei nº 8.666/93 tem a seguinte descrição:

“§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;”

Observa-se que esta normativa dá primazia ao seguinte:

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Igualdade.
- (C) Princípio da Moralidade.
- (D) Princípio da Continuidade da Licitação.
- (E) Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

(06) Julgue as afirmativas sobre o tema “Licitação” e preencha os parênteses com “V” para verdadeiro, e “F” para falso. Em seguida, assinale a alternativa que contém a ordem CORRETA:

- () O Concurso é uma modalidade especial de licitação para contratos de grande valor. Qualquer interessado que satisfaça as condições do edital poderá participar e suas propostas entrarão em concorrência e serão ordenadas de acordo com o menor preço.
 - () Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - () A Dispensa de Licitação é possível quando tratar-se de alienação de bens imóveis legislativamente autorizada, havendo avaliação prévia de valor, mediante dação em pagamento.
 - () A Prefeitura poderá optar pela Dispensa de Licitação, quando contratar uma empresa para prestar serviços de conservação e manutenção de seus edifícios, no valor de R\$ 10.000,00.
 - () Haja vista a transparência das contas públicas e o encontro da melhor oferta para a Administração, a licitação sempre deverá ser realizada, até mesmo nos casos em que o contratado é o único que reúne as condições necessárias à plena satisfação do objeto do contrato.
- (A) V, V, F, F, V.
 - (B) F, F, F, V, F.
 - (C) F, V, V, F, F.
 - (D) V, V, V, V, V.
 - (E) F, V, F, V, F.

(07) Os institutos da “Dispensa” e da “Inexigibilidade” de licitação compõem os textos das afirmativas seguintes. Julgue-os e assinale a alternativa CORRETA:

- I- No instituto da “Dispensa” há possibilidade de competição que justifique a licitação. No entanto, a lei faculta a dispensa que é escolhida discricionariamente pela Administração.**
 - II- Na “Inexigibilidade” não há possibilidade de competição porque só existe um objeto ou uma pessoa que atende às necessidades da Administração, tornando a licitação, inviável.**
 - III- Em alguns casos onde figura a “Dispensa”, a discricionariedade de sua escolha não é possível por haver descrição legal do negócio que se deseja realizar, vinculando o procedimento.**
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
 - (D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - (E) Todas as afirmativas estão incorretas.

(08) Correlacionando os atos administrativos com sua respectiva classificação e conceito, analise as alternativas e assinale a INCORRETA:

- (A) Os atos vinculados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização.
- (B) Os atos discricionários são os que a Administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização.
- (C) A discricionariedade administrativa encontra fundamento e justificativa na complexidade e variedade dos problemas que o Poder Público tem que solucionar em seu cotidiano, e para os quais a lei não poderia prever soluções específicas.
- (D) Quando vinculado o ato, há o dever de motivá-los, evidenciando-se a conformação de sua prática, com as exigências e requisitos legais.
- (E) A diferença entre os atos vinculados e os discricionários consiste basicamente em seus limites. Enquanto aqueles têm forma restrita na lei, estes possuem ação contrária ou excedente à lei.

(09) Acerca dos conceitos envolvidos na configuração do assunto “Atos Administrativos”, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Quando o Poder Executivo, investido em seu poder, emite atos administrativos para o funcionamento do ente estatal, a matéria publicada tem a mesma natureza, conteúdo e forma dos atos do Poder Legislativo (leis) e do Poder Judiciário (decisões judiciais).
- (B) A Administração realiza sua função executiva por meio de atos jurídicos, os quais recebem o nome de atos administrativos por possuírem uma finalidade pública.
- (C) Os atos administrativos são exclusivos dos órgãos executivos.
- (D) Quando emanados diretamente do poder competente, os atos administrativos não ficam sujeitos ao controle jurisdicional.
- (E) O ato administrativo constitui-se numa declaração do Estado, ou de quem lhe faça as vezes, expedida em nível equivalente à lei, ou superior a ela, sob regime de direito público e sujeita a controle de legitimidade por órgão jurisdicional.

(10) Os conceitos acerca do título “Agentes Públicos”, constante no conteúdo programático, compõem os textos das seguintes afirmativas, as quais devem ser julgadas e correspondidas nas alternativas da questão:

- I- Os agentes públicos são aqueles que possuem vínculo profissional e empregatício junto à Administração direta e indireta, somente sob os regimes jurídicos estatutário regular, geral ou peculiar, administrativo especial, e celetista.
 - II- Os servidores públicos são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.
 - III- Os agentes públicos, em sua totalidade, estiveram sujeitos ao concurso público específico (provas ou provas e títulos), para ingressar na função pública em que atuam.
- (A) Somente há uma afirmativa correta.
 - (B) Todas as afirmativas estão corretas.
 - (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
 - (D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - (E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(11) Baseando-se nas espécies de Agentes Públicos, reflita sobre as afirmativas e assinale a alternativa correspondente:

- I- A expressão “Servidor Público”, ao designar pessoas físicas que prestam serviço ao Estado e às entidades da Administração Indireta, inclui todas aquelas vinculadas às entidades com personalidade jurídica de direito privado, instituindo o grupo de agentes públicos denominada “Particulares em Colaboração com o Poder Público”.
 - II- Os Prefeitos Municipais, assim como seus auxiliares imediatos não titulares de investidura por eleição (Secretários Municipais e Chefe de Gabinete), são conceituados como Agentes Políticos.
 - III- Os Particulares em Colaboração com o Poder Público são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado, sem vínculo empregatício, com ou sem remuneração.
- (A) Somente a afirmativa II está correta.
 - (B) Somente a afirmativa III está correta.
 - (C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - (D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
 - (E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

(12) Em relação à aposentadoria dos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O servidor público poderá ser aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando a mesma for decorrente de acidente em serviço.
- (B) O servidor público poderá ser aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (C) O servidor público poderá ser aposentado voluntariamente aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta, se mulher, com proventos integrais.
- (D) O servidor público poderá ser aposentado voluntariamente aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, com proventos integrais.
- (E) O servidor público poderá ser aposentado voluntariamente aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor; e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais.

(13) Leia as alternativas referentes ao conceito e funcionamento do “Poder de Polícia”, em seguida, assinale a INCORRETA:

- (A) Consiste numa prerrogativa concedida à Administração para oferecer-lhe meios que possam assegurar o exercício de suas atividades.
- (B) A Administração tem por incumbência condicionar o exercício dos direitos de seus cidadãos, em prol do bem-estar coletivo.
- (C) Constitui-se num meio de assegurar os direitos individuais de uns, porventura ameaçados pelo exercício ilimitado dos direitos individuais de outros.
- (D) Também constituem poder de polícia as CPI's (Comissões Parlamentares de Inquérito), realizadas individualmente por cada poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), em face dos outros dois poderes.
- (E) O fundamento do poder de polícia é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular, pois este tem posição de supremacia.

(14) Acerca da observância da Responsabilidade Fiscal no Município de Catanduvas, julgue as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I- A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada, transparente e de ações que equilibrem as contas públicas, como nos casos de declaração documental de aumento de gastos de Secretaria que não tenha ultrapassado seus limites, para compensar outra Secretaria que já tenha extrapolado seu limite de gastos.

II- A transparência se dará por meio da ampla divulgação e disposição ao público das leis relativas aos gastos, bem como as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pela Comissão de Contas Municipais da Justiça Federal.

III- A responsabilidade fiscal abrange as pessoas jurídicas públicas, excetuando-se aquelas que têm caráter público mas exploram serviços relativos à iniciativa privada, como autarquias, empresas públicas e de economia mista.

- (A) Nenhuma das afirmativas está correta.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

- (D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

(15) “Um pai outorga procuração a um de seus filhos com o intuito de dar em pagamento alguns de seus imóveis particulares. Os demais filhos utilizam-se do instituto da Interdição, declarada judicialmente.” Com base neste caso hipotético, assinale a alternativa que expressa a verdade:

- (A) Tendo sido a procuração outorgada em plena capacidade civil do mandante, sua validade se extinguirá quando o procurador satisfaça os requisitos de extinção determinados no Código Civil.
- (B) A sentença declaratória da Interdição extingue o mandato.
- (C) Os bens atingidos pela procuração terão dupla representação, ou seja, do procurador e do curador, sendo que os atos daquele, deverão ser ratificados judicialmente por este, que detém a responsabilidade pela integralidade dos bens do curatelado.
- (D) O instrumento de procuração, outorgado em plena capacidade civil, subsiste à decretação de incapacidade, sendo necessária a prévia anuência do curador, nos atos praticados pelo procurador.
- (E) A relação jurídica previamente estabelecida entre o procurador e os bens do outorgante, regulamenta-se pelas práticas de Direito Real, não sendo mais atingida pela Interdição, que delimitará os poderes do procurador somente a estes bens.

(16) Acerca das disposições gerais que regem o conceito de tributo e que se pode extrair da legislação exigida pelo conteúdo programático, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Constitui toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa ser convertido.
- (B) Não constitui sanção de ato ilícito.
- (C) Instituído em lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (D) O sujeito ativo, normalmente é uma pessoa política e o sujeito passivo, qualquer pessoa que esteja apontada na lei da entidade tributante.
- (E) Todas as multas deverão apenas prescrever sanções utilizando moeda nacional ou unidade que nela se possa exprimir.

(17) Acerca do instituto da Reserva Legal, identifique a alternativa INCORRETA:

- (A) Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas.
- (B) A Reserva Legal é uma porção de área de imóvel rural ou imóvel urbano, e portanto pode ser exigida em imóveis localizados na zona urbana ou de expansão urbana.
- (C) Compensação de Reserva Legal significa oferecer uma alternativa, com peso igual ou maior, para uma forma de uso ou de dano de um bem de qualquer natureza que, por isso, deve ser substituído por outro a fim de remover ou minimizar o dano causado, oferecendo um sucedâneo ao bem afetado.
- (D) A localização da Reserva Legal deve ser aprovada pelo órgão ambiental competente.
- (E) É proibido o corte raso em área de Reserva Legal, permitindo apenas sua utilização sob regime de manejo florestal sustentável.

(18) Sobre os crimes elencados no conteúdo programático, analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

- I- **Incorre em crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, aquele que aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional, restringindo-lhes o direito dos vencimentos ao piso da categoria com direito de retorno ao local de origem, em transporte público.**
 - II- **Oficial de justiça que, satisfaz interesse pessoal do promotor, deixando de citar seu sogro para que integre o pólo passivo de uma ação criminal, pratica o crime de Prevaricação.**
 - III- **Para protelar uma ação de execução fiscal municipal, um advogado aciona judicialmente uma empresa para cobrar-lhe dívida, e figurando também no pólo passivo, contesta sua ação e utiliza-se da legislação de falências. Este advogado comete o crime de Tergiversação.**
- (A) Somente as alternativas II e III estão corretas.
 - (B) Somente as alternativas I e II estão corretas.

- (C) Somente a alternativa III está correta.
- (D) Somente a alternativa II está correta.
- (E) Nenhuma alternativa está correta.

(19) São efeitos jurídicos da suspensão do contrato de trabalho:

- (A) Remuneração do empregado, vantagens atribuídas à categoria e retorno ao trabalho.
- (B) Remuneração, cômputo do período de afastamento como tempo de serviço e retorno ao trabalho.
- (C) Vantagens atribuídas à categoria, retorno ao trabalho, cômputo do período de afastamento como tempo de serviço, salário do período.
- (D) Manutenção do vínculo contratual, retorno ao serviço, vantagens da categoria, prazo para retorno, não contagem do período de afastamento.
- (E) Os efeitos só serão válidos juridicamente, caso o início da paralisação da jornada de trabalho, seja autorizada pela Justiça do Trabalho.

(20) O tempo é um fato jurídico e decorre de um acontecimento natural. Seu escoamento desencadeia entraves legais, positivados pelo Código Civil. Considerando-os, reflita sobre as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

- I- **A prescrição extintiva é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, a decadência, do direito outorgado para ser exercido.**
 - II- **O prazo extintivo da decadência começa a correr desde o momento em que o direito nasce. A prescrição tem seu início a partir da violação do direito, afinal, é nesse momento que nasce a ação contra a qual se volta a prescrição.**
 - III- **A prescrição extintiva acarreta a perda do direito de ação por seu titular inerte, decorrido certo lapso temporal. A prescrição aquisitiva provoca a titularidade de um direito real pelo decurso de tempo.**
- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
 - (C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - (D) Somente há uma afirmativa correta.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

CONHECIMENTOS GERAIS

(21) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, a respeito da história do município.

Antes de sua emancipação, Catanduvás pertencia à cidade de _____, tendo se desmembrado em 1960. Catanduvás, posteriormente, deu origem a dois municípios com que faz divisa: _____.

- (A) Laranjeiras do Sul - Três Barras do Paraná e Ibema
- (B) Laranjeiras do Sul - Guaraniaçu e Ibema
- (C) Guarapuava - Três Barras do Paraná e Ibema
- (D) Cascavel - Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu
- (E) Cascavel - Três Barras do Paraná e Ibema

(22) O nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945, período que ficou marcado, no campo político, por um governo ditatorial, é.

- (A) República Liberal-Conservadora.
- (B) República de Transição.
- (C) Estado Novo.
- (D) República de Repressão.
- (E) República Progressista.

(23) O Governo brasileiro considerou uma vitória da diplomacia brasileira qual dos fatos abaixo relacionados?

- (A) O acordo assinado entre Brasil, Irã e Turquia, para que o urânio iraniano levemente enriquecido seja enviado ao território turco e, em troca, o país receba o produto enriquecido a 20%.
- (B) Um investigador de direitos humanos da ONU pediu à Venezuela que revogue o mandado de prisão contra o principal acionista do canal opositor de TV Globovisión, e alertou que o governo de Hugo Chávez não tem direito de calar seus críticos.
- (C) O presidente Lula se reuniu com o presidente de Cuba, Raúl Castro, e o irmão dele, o ex-ditador Fidel Castro, em visita a Havana marcada pela polêmica em torno da morte do preso político Orlando Zapata, em um hospital de Havana em decorrência de uma greve de fome iniciada em dezembro último, para protestar contra as condições carcerárias na ilha.

(D) Israel alivia bloqueio à Faixa de Gaza. Gabinete de segurança israelense cedeu à pressão e vai permitir a entrada de um maior número de mercadorias no território.

(E) “Lula vai ao Oriente Médio e tenta mediar guerra sem fim.

O presidente Lula começou, neste domingo (14/03/10), a primeira visita de Estado de um presidente brasileiro a Israel. Depois segue para os territórios palestinos e para a Jordânia. Antes, apenas o imperador Dom Pedro 2º havia passado por Jerusalém como governante do país. Saudado pelo jornal israelense Haaretz como "o profeta do diálogo", e agora amigo do Irã de Mahmoud Ahamadinejad – que fala em varrer Israel do mapa – o presidente brasileiro tenta se colocar como possível mediador do conflito”.

(24) Até o ano de 1930 vigorava no Brasil a República Velha, primeiro período republicano brasileiro, caracterizado por uma forte centralização do poder entre os partidos políticos e a conhecida aliança política “café-com-leite”. Existia, de acordo com as políticas do “café-com-leite”, um revezamento de Presidente da República, apoiados pelo Partido Republicano de dois estados. Quais eram esses estados?

- (A) São Paulo e Rio Grande do Sul.
- (B) São Paulo e Minas Gerais.
- (C) Minas Gerais e Bahia.
- (D) São Paulo e Rio de Janeiro.
- (E) Minas Gerais e Rio de Janeiro.

(25) No dia 31 de março de 1964, um golpe militar derrubou o presidente do Brasil. Um militar assumiu a presidência da república em nome do movimento militar que depôs o presidente. Qual é o nome do presidente deposto e quem assumiu a presidência da república, respectivamente?

- (A) João Goulart - Humberto de Alencar Castello Branco
- (B) Leonel Brizola - Humberto de Alencar Castello Branco
- (C) Jânio Quadros – Arthur da Costa e Silva
- (D) João Goulart – Arthur da Costa e Silva
- (E) Leonel Brizola – Emílio Garrastazu Médici

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 26 a 29.

O Brasil é o país que menos gasta em educação.

www.uol.com.br - 18/09/2007

O Brasil é o que menos gasta com educação dos 34 países analisados por um estudo da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), divulgado nesta terça-feira. O país apresenta o menor investimento por estudante (desde o ensino básico até a universidade), gastando em média cerca de R\$ 2.488 por ano.

Os 34 países da OCDE gastam, em média, R\$ 14.376, e no país que mais gasta em educação, Luxemburgo, este valor chega a R\$ 25.705. No Chile, o único outro país sul-americano incluído no estudo, o gasto total é de R\$ 5.470.

O Brasil também é o país que apresenta o maior nível de diferença entre os gastos por estudante no ensino fundamental e secundário, em comparação com os estudantes universitários.

Enquanto o país gasta R\$ 2.213 com estudantes da pré-escola (à frente apenas da Turquia, que gasta R\$ 2.139) e R\$ 1.973 com estudantes do ensino fundamental e ensino médio (o mais baixo), os gastos com estudantes universitários chegam a R\$ 17.226 por estudante, ao ano.

Em média, os países da OCDE gastam apenas duas vezes mais na educação de estudantes universitários do que com estudantes dos ensinos fundamental e médio. O gasto com os universitários no Brasil se compara ao de países como Espanha e Irlanda, e fica à frente da Itália, Nova Zelândia, México e Portugal, entre outros.

O total do PIB investido em educação chega a 3,9% no país, segundo o relatório da OCDE, ficando à frente apenas da Rússia (3,6%) e da Grécia (3,4%). De acordo com a OCDE, a porcentagem do PIB gasta em educação demonstra a prioridade que este país dá à educação em relação a outros gastos de seu orçamento.

Nos Estados Unidos, os gastos com Educação correspondem a 7,4% do PIB, a maior proporção, e na Dinamarca e Luxemburgo ele corresponde a 7,2%. Segundo o documento, todos os países analisados aumentaram o investimento em educação com o aumento dos gastos, chegando a mais de 40% em comparação a 1995.

Os resultados deste investimento ainda não atingiram seu potencial total e, segundo analistas ouvidos pelo estudo, ainda pode crescer 22%. O relatório também conclui que quanto mais difundida a educação universitária em um país, mais próspera a economia e melhor o mercado de trabalho para os recém-formados.

O documento mostra, ainda, que as perspectivas de emprego para os profissionais menos qualificados não parecem ser prejudicadas pelo aumento do número de universitários e podem até melhorar.

Em todos os países avaliados, os profissionais com curso universitário ganham mais e encontram emprego mais facilmente do que os que não chegam à universidade.

(26) Analise as seguintes afirmações, com base no texto, e assinale a alternativa CORRETA:

- 1- No estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, foram incluídos dois países sul-americanos.**
- 2- Segundo o texto, é possível concluir que o Brasil gasta o mesmo valor que a Argentina com a educação (desde o ensino básico até a universidade).**
- 3- O Chile gasta mais que o dobro do Brasil com a educação (desde o ensino básico até a universidade).**
- 4- A Turquia gasta menos que o Brasil com estudantes da pré-escola.**

- (A) Somente as afirmações 1 e 2 estão corretas.
- (B) Somente as afirmações 1 e 4 estão corretas.
- (C) Somente as afirmações 2 e 3 estão corretas.
- (D) Somente as afirmações 1, 3 e 4 estão corretas.
- (E) As afirmações 1, 2, 3 e 4 estão corretas.

(27) Com base nas informações do texto, marque V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas e assinale a alternativa correspondente:

- () No Brasil, os gastos com os estudantes universitários são mais de oito vezes maiores que os gastos com estudantes do ensino fundamental e secundário.**
- () Nos países da OCDE, os gastos médios com estudantes dos ensinos fundamental e médio correspondem à metade dos gastos na educação de estudantes universitários.**
- () O Brasil fica à frente de países como Itália, México e Portugal nos gastos com a educação geral.**
- () A prosperidade da economia de um país é diretamente proporcional à difusão da sua educação universitária.**
- () A Espanha gasta bem mais com os universitários que o Brasil.**
- () Na frase “no país que mais gasta em educação, Luxemburgo, este valor chega a R\$ 25.705”, o uso de vírgulas se justifica por separar um aposto.**

- (A) V, V, V, F, F, V
- (B) F, V, F, F, F, F
- (C) V, V, F, V, F, V
- (D) V, F, F, V, V, F
- (E) V, F, F, V, V, V

(28) Observe as seguintes palavras extraídas do texto, quanto às regras de acentuação gráfica, e assinale a alternativa correspondente.

I- *Países* e *incluído* são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica: ambas possuem ditongo.

II- *Econômico*, *único* e *básico* são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica: todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas.

III- *Nível*, *universitários*, *Rússia* e *Itália* são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica: acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo, seguidas ou não de *s*.

IV- *Até* e *é* (Brasil é o país): *até* é acentuada por ser palavra oxítona terminada em “e”. A palavra *é* deve ser acentuada com acento diferencial quando for verbo (Brasil é o país), para diferenciar da conjunção aditiva “e” (Fui ao cinema *e* ao teatro).

- (A) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

(29) “A porcentagem do PIB gasta em educação demonstra a prioridade que este país dá à educação em relação a outros gastos de seu orçamento.” Observe o emprego correto da crase em “... dá à educação”, e o não uso de crase, também correto, em “... em relação a outros gastos”. Examine as sentenças a seguir, quanto ao uso do sinal de crase, e assinale a alternativa CORRETA.

- 1- Ela era insensível à dor de dente.
- 2- Refiro-me àquilo que discutimos ontem.
- 3- Chegamos à fazenda, à noite.
- 4- Devemos sempre dar glória à Deus.
- 5- Daqui a duas semanas enviarei o resultado à promotora.

- (A) Apenas as sentenças 1, 2 e 3 estão corretas.
- (B) Apenas as sentenças 1, 2, 3 e 5 estão corretas.
- (C) Apenas as sentenças 3, 4 e 5 estão corretas.
- (D) Apenas as sentenças 1, 4 e 5 estão corretas.
- (E) Todas as sentenças estão corretas.

(30) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas dos períodos:

I- “Precisamos pegar hoje os documentos com aquele _____ promotor. Vá você, que está _____ do assunto, _____ vou eu”.

II- “Foi gasta uma _____ soma para organizar a festa _____, em _____ das pessoas atingidas pela catástrofe”.

- (A) I- iminente - a par - se não
II- vultuosa - beneficente - pról
- (B) I- eminente - ao par - senão
II- vultosa - beneficente - prol
- (C) I- eminente - a par - senão
II- vultosa - beneficente - prol
- (D) I- iminente - a par - se não
II- vultosa - beneficente - prol
- (E) I- eminente - ao par - se não
II- vultuosa - beneficente - prol